



Literatura e apagamentos étnico-raciais: e o outro?*

Literature and ethnic-racial erasures: what about the other?

Sara Rogéria Santos Barbosa¹

Resumo: A escolha por este objeto nasce da necessidade de analisar a falta de representação étnica negra positiva em textos literários e como isso colabora para reafirmações estereotipadas de pessoas negras. O texto foi construído a partir da pesquisa bibliográfica acompanhada da análise de conteúdo e de pressupostos teóricos pautados na Literatura Comparada, Estudos Culturais e estudos sobre Representação e Representatividade, tendo como principais autores Foucault (2007), Hall (2016), Silva (2014) e Souza (2006; 2016). Os apagamentos do “outro” depõem contra uma arte que deveria ser diversa e inclusiva.

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira. Representação Étnica Negra. Estudos decolonias.

Abstract: The choice for this object arises from the need to analyze the lack of positive black ethnic representation in literary texts and how this contributes to stereotypical reaffirmations of black people. The text was constructed from bibliographical research accompanied by content analysis and theoretical assumptions based on Comparative Literature, Cultural Studies and studies on Representation and Representativeness, with the main authors being Foucault (2007), Hall (2016), Silva (2014) and Souza (2006; 2016). The erasure of the “other” speaks against an art that should be diverse and inclusive.

Keywords: Afro-brazilian literature. Black Ethnic Representation. Decolonial studies.

¹ Doutorado pela PPGLIC/UFBA. Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Sergipe – Campus Itabaiana. Membro dos grupos de pesquisa NEC/UFSE – Núcleo de Estudos da Cultura; GELIC/UFSE – Grupos de Estudos de Literatura e Cultura; GPLH/UNEB – Grupo de Pesquisa em Literatura e História. E-mail: sararogeria@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7039-9529>.

* Artigo recebido em 26 de junho de 2024. Aceito para publicação em 01 de agosto de 2024.

A literatura é poder, poder de convencimento, de alimentar o imaginário, fonte inspiradora do pensamento e da ação (Cuti, 2010, p. 12).

A literatura, arte da palavra, pode ser considerada um espaço que cabe tudo aquilo que a narrativa ficcional é capaz de produzir, reproduzir e transgredir, ainda que nada ali posto tenha compromisso com a realidade. Dito isso, este artigo parte da inquietação que nasce quando se analisa personagens de ficção e como algumas delas, quando negras, carregam características estereotipadas que reproduzem um lugar de não agência, subserviência e reprodução de invisibilidades que andam na contramão inclusive do tempo em que foram construídas. Reforça-se, assim, que a literatura não tem necessariamente compromisso com o real, mas suas linhas e entrelinhas por vezes reescrevem as veredas da sociedade.

Em muitos casos as identidades étnicas de personagens negras e, por extensão, os discursos identitários que elas encerram, carregam representações que cristalizam preconceitos culturais, religiosos e estéticos em contraposição à diversidade e riqueza que poderiam ser exploradas pela ficção como ocorre em muitas construções de personagens brancas. Hall (2016) discorre acerca dessas representações identitárias e de como elas, via de regra, quando se referem ao grupo étnico não hegemônico, tendem à estigmatização dos sujeitos ou se prendem apenas a um momento histórico, um aspecto cultural ou mesmo os estratifica em uma determinada camada social.

A construção binária oriunda dessas representações acabou por conformar inúmeras personagens brancas civilizadas, intelectualizadas ou não, requintadas, populares, dotadas de vilania ou justiça, protegidas ou não pelo Estado, pela família ou pela igreja. Enquanto isso, na outra esfera, há personagens negras subalternizadas, sujeitas à violência, conduzidas quase que irrestritamente em benefício de alguma personagem branca a quem devem gratidão ou favores, são ignorantes e incrédulas – a partir de uma perspectiva branca –, e necessitadas de uma tutoria.

Quanto a esses dois aspectos, pode-se verificar sua presença, por exemplo, nos contos *Negrinha*, de Monteiro Lobato (1920), e *A menor mulher do mundo*, de Clarice Lispector (1960), que apresentam duas personagens negras, sendo o primeiro a história uma criança de sete anos, e o segundo, a história de uma mãe solo. No que concerne ao primeiro conto, é apresentada a história de Negrinha, uma criança tutorada por dona Inácia, uma senhora rica, cristã e cruel, ‘mestra na arte de judiar de crianças’ (Lobato, 2014, p. 341), que a trata como parte de seus bens e não hesita em cometer atrocidades contra aquele corpo frágil, pois tem plena ciência de que a lei, sobretudo a divina, não a acusará. A movimentação das ações apresenta uma personagem sem agência, condicionada ao desenrolar dos atos das demais personagens e de suas crueldades, privada inclusive de um nome que não seja aquele vinculado às suas características étnico-raciais: Negrinha.

O corpo de Negrinha era tatuado de sinais, cicatrizes, vergões. Batiam nele os da casa todos os dias, houvesse ou não houvesse motivo. Sua pobre carne exercia para os cascudos, cocres e beliscões a mesma atração que o ímã exerce para o aço. Mãos em cujos nós de dedos comichasse um cocre, era mão que se descarregaria dos fluidos em sua cabeça. De passagem. Coisa de rir e ver a careta... (Lobato, 2014, p. 341).

Segundo DaMatta (1986, p. 32), “numa sociedade onde não há igualdade entre as pessoas, o preconceito velado é forma mais eficiente de discriminar pessoas de cor, desde que elas fiquem no seu lugar e saibam qual é ele”. Essa afirmação serve tanto para o texto de Lobato, cuja produção tem sido alvo de questionamentos legítimos quanto ao viés racializado que adota, quanto para o texto de Lispector, ainda que, a priori, não se debata viés racista na produção da autora, mas se questiona aqui a construção de uma personagem negra animalizada, quase não verbal, em pleno século XX. Poderia ter adotado, por exemplo, uma postura de denúncia contra o imperialismo europeu no Congo, questionando a presença do explorador representado como o branco salvador, cujo desejo de dar nome a uma mulher adulta e seu olhar etnocêntrico sobre os povos africanos naquela região já não condizem com os aspectos políticos, sociais e culturais em plena segunda metade do século em curso. Mas, como se verá a seguir, não há isso no texto.

A menor mulher do mundo (1960) não apresenta a personagem a partir das violências físicas sofridas, mas de outras presentes no ideário civilizatório branco: animalização do outro, uma mulher negra desprovida de competência oral inteligível, que se comunica, como os demais de seu grupo étnico, a partir de grunhidos animais e que pode ser devorada pelo grupo étnico rival a qualquer momento. Assim como a criança em Lobato, essa mulher não tem nome. Recebe-o do explorador francês que, abismado com sua presença, composição física e modos de vida, resolve colocar nela a alcunha de Pequena Flor. A descrição que é feita dessa mulher recebe ares de desumanização, ora aproximando-a de animais, ora das plantas nativas daquele lugar.

Entre mosquitos e árvores mornas de umidade, entre as folhas ricas do verde mais preguiçoso, Marcel Prete defrontou-se com uma mulher de quarenta e cinco centímetros, madura, negra, calada. “Escura como um macaco”, informaria ele à imprensa, e que vivia no topo de uma árvore com seu pequeno concubino. Nos tépidos humores silvestres, que arredondam cedo as frutas e lhe dão uma quase intolerável doçura ao paladar, ela estava grávida. [...]. Fora doença, infecto hálito de águas, comida deficiente e feras rodantes, o grande risco para os escassos likoualas está nos selvagens bantos, ameaça que os rodeia em ar silencioso como em madrugada de batalha (Lispector, 1983, p. 77-78).

Faz parte do contexto, portanto, apresentar o sujeito como alguém necessitado de libertação, um “sujeito metafórico”, para falar como Lezama Lima, “reduzido ao limite do seu existir precário” (Lima, 1988, p. 54). Aqueles sujeitos não europeus habilitavam corpos sem valor, sem afetividade, insignificantes. É salutar compreender essas construções baseadas na violência, na inferiorização do estar no mundo a partir da ótica do poder e na desumanização desses corpos negros. Quem tem o poder de contar a história, ainda que ficcional, determina quem são as pessoas e como deve ser a sociedade. Tanto em um conto quanto em outro, as descrições e ações das personagens negras correspondem à presença indigesta do outro, cujas características não são como as de quem detém o poder, mesmo que seja o de explorar um continente já loteado ou o de acolher uma órfã negra que nem a terra quer comer.

É o tal reflexo no espelho que garante a identificação de um sujeito com o outro, ou mesmo a simulação de um estado de coisas. Assim, o reflexo era, o máximo possível, semelhante ao refletido, como afirma Foucault (2007, p. 26) quando assevera que “as coisas dispersas através do mundo se correspondem”. O referido autor, quando versa acerca do poder, pontua que

Um poder que se fazia nos corpos, na disciplina dos pequenos movimentos, na força focada em detalhes, na criação e imposição de normas, é complementado por um poder que se apoia na vida biológica, nas estimativas estatísticas e no foco na espécie. Nasce, assim, o **biopoder** e suas práticas **biopolíticas** (Foucault, 2007, p. 04).

O biopoder e suas práticas biopolíticas, como pontua o referido autor, pode ser pensada a partir das construções narrativas uma vez que nelas há a representação de sociedades, seus cidadãos e, principalmente, como ela se organiza a partir de quem manda e quem é mandado. No que pese os textos literários aqui apresentados, é óbvia a criação e imposição de normas que ratificam a condição de superioridade das personagens brancas, mesmo as cruéis, em contraposição à subalternidade das personagens negras. Assim, tão certo como as linguagens são partícipes na construção identitária de um povo, a ausência de personagens negras distanciadas da condição de subserviência, miserabilidade, marginalidade e ignorância contribui para a falta de identificação com as pessoas, como ocorre, por exemplo, com as heroínas e heróis brancos que estampam capa de caderno, roupas, adesivos para carros, dentre outros. Pessoas negras leitoras, ainda que inconscientemente, podem se identificar com as identidades étnicas presentes nos textos lidos e a ausência desse outro nos textos não enquadrados nos discursos hegemônicos ou mesmo invisibilizados reforçam os discursos racistas que se presentificam na esfera social.

É na presença das representações que, segundo afirma Martin-Barbero, dá-se o “assinalamento do sentido que elas adquirem: são as massas tornando-se socialmente visíveis, configurando sua fome de ascensão a uma visibilidade que lhes confira um espaço social”. (Martin-Barbero, 1997, p. 279). Assim, textos literários que constroem personagens negras a partir das nuances que atravessam qualquer pessoa, sem os enquadramentos racistas que determinam a subalternidade, inação e inaptidão em parte significativa delas, além das particularidades da memória e história, configuram-se como um local de resistência, de rebeldia, e um estar no mundo que ultrapassa, inclusive, as “não” representações. Quanto a isso, Souza (2006) salienta o fato de as narrativas recorrerem a uma memória que possibilita que as pessoas negras reconheçam-se naquilo que leem, ainda que não tenham vivido aquilo:

Quando um grupo precisa constituir seu discurso identitário, recorre à memória histórica para fixar os elementos que, no passado, constituíram a vida grupal e foram utilizados para caracterizá-lo; exigirá uma imagem que possibilite ao grupo reconhecer para si e para os outros suas diferenças étnicas, culturais, ou históricas, úteis e imprescindíveis para a construção do discurso identitário (Souza, 2006, p. 61).

Uma forma de esses apagamentos, ainda que as personagens estejam no texto, serem minimizados, ou mesmo excluídos, é a possibilidade real de haver escritores/as negros/as sendo consumidos/as por pessoas leitoras em todas as esferas e nichos. É importante atentar para o que diz Florentina Souza (2016) acerca da construção de discursos e como eles colaboram para o fortalecimento de uma nacionalidade por ora unida, em outra distanciada. Assim afirma ela:

Pensando nos estudos literários no Brasil, podemos afirmar que a literatura historicamente foi concebida como espaço cultural restrito; pensada em vários momentos como texto escrito, terminou por excluir muitas pessoas do seletor grupo. Grupo que se dedicou a produzir textos sobre si os quais deveriam também ser consumidos e apreciados pelo mesmo grupo. Por outro lado, essa textualidade literária, no Brasil como de outros países, tornou-se importante auxiliar na formatação do discurso nacional. Nos anos pós independência, os grupos constituídos pelas elites brasileiras letradas e hegemônicas dedicaram-se a escrever a literatura e a história nacionais a partir dos anseios simultâneos de afastamento e aproximação dos grupos portugueses coloniais. A independência precisava significar, no imaginário, a criação de uma autonomia frente a Portugal (Souza, 2016, p. 98).

Ainda sobre a importância da autoria de escritores negros/as, Souza (2017), diz das possibilidades diversas de representação que elas acessam e das subjetividades que atravessam personagens negras e suas vivências. Nesse senti-

do, os textos literários produzidos por escritores negros/as, e que apresentam representações étnicas negras não enquadradas negativa e pejorativamente, teriam outros vieses porque:

A cor da pele e os sentidos que adquire através dos tempos têm sido tematizados por uma série de poetas negras enfatizando as suas várias possibilidades de representação. Seja para explicitar marcos históricos como os quilombos, seja como expressão do orgulho de pertencimento, seja para exaltar os links com países africanos. O fato é que cabelo, cor de pele, elasticidade e performatividade dos corpos negros têm gerado conotações diversas para os lugares ocupados pelos negros na diáspora (Souza, 2017, p. 28).

Uma mudança que reescreve a ficção e desfaz os apagamentos já está posta: a escrita de autoria feminina negra. Urge que haja mudanças nessas representações e um caminho possível é que mulheres negras sejam escritoras de si e de suas ações, como salienta Souza em uma de suas discussões acerca da escrita literária por mulheres negras. Outra coisa importante é a compreensão das relações de poder estabelecidas pela branquitude, sejam elas de classe, gênero ou raça, posto que, a contrapelo, “há sujeitos que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há vidas que dificilmente – ou melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas”. (Butler, 2015, p. 17). Descolonizar esses discursos é uma ação para ontem.

O apagamento do outro tem como base as diferenças. Determina-se que o outro não se parece com os que têm o poder de narrar, então são inferiores, alienígenas. Essa concepção entra na literatura como parte da estratégia de construção das personagens criadas com fins determinados: servir. As diferenças devem ser vistas como parte do sujeito, assim como as identidades que ele carrega. Elas não são opostas e não existem como marcas de diferenciação entre os sujeitos, mas como constituição do que eles são. Como aponta Silva (2014, p. 74), enquanto as identidades se relacionam com o ‘eu’, as diferenças são entidades relacionadas ao ‘outro’. Assim, ela é “nesta perspectiva, concebida como auto-referenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe”. São as diferenças em relação ao outro que estabelecem as identidades que atravessam o sujeito. Por fim,

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (Silva, 2014, p. 76).

Tomando como base a importância da compreensão do que seja a diferença e de como ela não deve ser usada para invisibilizar, dois outros contos servirão

para notar a presença de personagens negras escritas por mulheres negras. *Maria* (2016) e *Os guris de Dolores Feliciano* (2017), ambos de Conceição Evaristo. Eles apresentam duas protagonistas negras que são agentes de suas próprias ações e por quem é sabido o desenrolar dos atos até chegar o momento presente da narrativa. Elas têm nomes, família, são criados diálogos capazes de estabelecer com quem lê reconhecimento, identificação com os fatos narrados, ainda que atravessados pela dor, e que não estratificam as personagens num lugar de condicionamento, invisibilidade ou subserviência.

Maria, protagonista do primeiro conto, é uma mãe solo e trabalhadora doméstica. Um dia ela encontra o ex-companheiro e ele participa de um assalto ao ônibus onde os dois estão. Ela é acusada de cumplicidade e morre linchada pelos demais passageiros. Apesar da violência, o texto humaniza a personagem e conta aos leitores quem ela é; as relações de cuidado e afeto que tem com os filhos; o relacionamento com o ex-companheiro e como o crime os separou; a humilhação na casa onde trabalha e como tudo o que faz tem como objetivo suprir as necessidades dos filhos.

O preço da passagem estava aumentando tanto! Além do cansaço, a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesas. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso, a patroa ia jogar fora. Estava feliz, apesar do cansaço. A gorjeta chegara numa hora boa. [...] As frutas estavam ótimas e havia melão. As crianças nunca tinham comido melão. Será que os meninos iam gostar de melão? [...] Ao entrar no ônibus, um homem levantou lá de trás, do último banco, fazendo um sinal para o trocador. Passou em silêncio, pagando a passagem dele e de Maria. Ela reconheceu o homem. Quanto tempo, que saudades! Como era difícil continuar a vida sem ele (Evaristo, 2016, p. 39-40).

Maria é a representação de qualquer pessoa que se torna alvo dos justiceiros de plantão que escolhem pessoas para por sobre ela aquilo que o Estado não faz enquanto entidade promotora de segurança e bem-estar dos cidadãos. Um corpo negro em um lugar de assalto pode ser facilmente confundido com autor do delito, raramente como uma vítima em potencial. A personagem Maria representa o corpo não merecedor do luto, preso no viver precário e cuja ausência não será notada senão por aqueles com quem compartilha suas limitações mais pessoais.

O segundo conto apresenta a personagem Dolores Feliciano, uma mulher mãe solo de três filhos. A narradora conta o cotidiano Dolores Feliciano sempre cheio de cuidados com as roupas e sapatos dos filhos e como eles, sorrateiramente, brincam com a mãe enquanto ela põe tudo em ordem. Em um dado momento a protagonista deixa escapar que nenhuma outra pessoa vê seus meninos e como cada um deles, a seu tempo, foi tragado pela morte. Morte violenta. Sem pausa. Só

dor e lágrimas de sangue. Uma dor que a sociedade racista não permitia que ela, uma mulher preta periférica, pudesse sentir. Dor reservada somente àquelas que se pareciam com a Mater Dolorosa poderiam sentir.

Um jornal me entrevistou na ocasião e eu não consegui dizer nada sobre a perda dos meus filhos. Minhas lágrimas tingiam de sangue o entorno e respingaram sobre a roupa do jornalista. O moço se afastou, me olhando com nojo. De longe, tirou uma foto minha, publicou depois e embaixo escreveu isto: “Mater dolorosa”. Sei que outro diário rebateu a imagem, com os seguintes dizeres: “Jornal sensacionista compara a dor de uma mãe qualquer com a dor da Mãe de Cristo, nosso Salvador. A dor de uma mãe qualquer não pode tomar como referência a imagem da Mãe de Cristo, Nossa Senhora. A Mater Dolorosa sofreu pela morte do Filho que veio para salvar a humanidade. Essa mãe qualquer chora por um filho que simboliza a perdição da humanidade”. Eu sozinha, dona de minha dor e de meu desespero, verti sangue e mais sangue. Mas eis que a Mater Dolorosa, aquela que, na dor, é semelhante minha, me apareceu em casa e me consolou. Ela me disse que me entendia, mas que esperasse pouca ou nenhuma compreensão das pessoas (Evaristo, 2017, p. 47).

Apesar de serem dois exemplos que trazem fortemente a violência, as protagonistas são humanizadas em suas dores, mas, sobretudo, em seu afeto materno. Corpos não passíveis de representação, e por isso lidos a partir de suas ausências textuais, e não passíveis de luto, e por isso não lamentados, abrem espaço para representações construídas a partir da visibilidade de suas dores e amores e, o que torna tudo mais interessante, a partir do olhar de mulheres negras e suas escritas de si. Representatividade, o estar em espaços de poder e a partir deles construir representações não enquadradas e nem proporcionar apagamentos ou silenciamentos étnicos negros tão comuns à literatura.

Depreende-se, portanto, que a literatura é uma possibilidade real adotada pelas pessoas como forma de expressar seus atravessamentos e serem eles mesmos reconhecidos e acolhidos por quem os leem. Para Souza (2005), a literatura afro-brasileira, aquela produzida por pessoas negras sobre pessoas negras e que terá na ponta como leitor/a ideal um uma pessoa também negra, configura-se como uma reivindicação do poder de falar de si e ter escuta. Esse movimento, segundo a autora, ganha fôlego quando nomes como Maria Firmina dos Reis, Antônio Rebouças, Gama, Patrocínio, André Rebouças figuram entre os objetos de estudos nas academias e fortalecem as pesquisas sobre esses/as autores/as a fim de que haja reconhecimento e conhecimento acerca de suas atuações tão profícuas no século XIX e ainda assim silenciadas. (Souza, 2005).

Duarte (2017), por sua vez, quanto à literatura afro-brasileira e sua importância no que tange às possibilidades de dar visibilidade e, por isso, escuta e pertencimento, afirma que essa literatura apresenta marcadores históricos, culturais,

religiosos que acionam memórias coletivas e individuais capazes de fortalecer o estar no mundo. Para ele, essa literatura carrega algumas características importantes e que corroboram para essa identificação. Assim,

para além das discussões conceituais, alguns identificadores podem ser destacados: uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepcional; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo (Duarte, 2017, p. 07).

Tanto Souza quanto Duarte estão discutindo acerca das representações e, por extensão, representatividades e sua importância do campo das artes das letras. No que pese essa análise, Foucault apresenta o próprio termo representação para pensar este momento. E mais, ele atrela a representação ao saber, ao conhecimento, à palavra, à linguagem, à literatura. Representar não pode ser pensado apenas como olhar o outro e reproduzir senso comum ou enquadramentos racistas, mas como uma construção discursiva capaz de dizer as palavras e fazer as coisas. Dito isso, para ele, “a relação da linguagem com o tempo se inverte: este não deposita mais as falas por etapas na história do mundo; são as linguagens que desenrolam as representações e as palavras segundo uma sucessão cuja lei elas mesmas definem” (Foucault, 2007, p. 124). Representar é ação e o sujeito representado pode também lançar mão do poder de se autorrepresentar.

A linguagem enquanto discurso estabelece seus locais de representação e gira em mãos que não ocupam espaços privilegiados, mas faz de seus espaços, espaços de poder. Tomar o poder de se autorrepresentar é uma das mais profícuas rebeldias que o sujeito pode se atrever a realizar e os discursos, enquanto instrumentos potentes de identidade, possibilita olhar essa ausência de reflexo no espelho e pensar os vários significados que esse signo produz. Essa leitura e resignificação das ausências, e/ou presença desvirtuada, representa ação dos sujeitos. É um tomar para si o poder do discurso, o domínio da linguagem.

Portanto, a literatura tem o papel de ser espaço do representar e torna o ato não apenas um fazer ideológico, mas, sobretudo, um fazer coletivo capaz de estabelecer aproximações entre os diferentes sem que haja apagamentos, silenciamentos ou enquadramentos que reforcem a estrutura social racista e não propõe nenhuma reflexão acerca disso. As identidades e as diferenças, quando reconhecidas em suas limitações, estabelecem um equilíbrio capaz de manter a sociabilidade tão cara na modernidade.

Breves considerações

A literatura sempre esteve associada ao deleite, ao prazer descompromissado, à idealização do belo, do perfeito, do desejável. Apesar de a teoria da literatura não nos habilitar a afirmar que ela foi pensada para dar voz ao Estado, seu uso no decorrer dos séculos aponta para isso. É urgente repensar as narrativas que estão postas e como, a partir delas, discursos racializados têm potencializado a estrutura racista que enquadra, marginaliza, violenta e mata a população negra neste país. Discutir essas questões é importantíssimo, mas, como abordado neste texto, é necessário avançar, dar espaço para escritores/as negras que têm produzido uma literatura que dialoga com o estar no mundo de mais da metade da população brasileira que, mesmo não consumindo livros como deveria, entra e sai da escola sem conhecer uma única obra literária que traga personagens negras fora do olhar branco eurocêntrico, ainda que escrita por brasileiros/as, quiçá uma literatura escrita por pessoas negras, chamada de literatura afro-brasileira.

Não há demérito na leitura dos dois primeiros contos aqui apresentados, mas se mostra impossível passar por eles sem questionar a reprodução e reafirmação de estereótipos que reforçam a ideia de que pessoas brancas, ainda que cruéis, fazem um favor enorme ao assumir a criação de crianças negras e, pior ainda, que a violência educa e inibe a suposta hostilidade que vem com a raça. O segundo texto faz coro à ideia de que o branco salvador é o responsável pela não extinção de um povo e, para isso, tem o direito de retirar de espaço natural gente, fauna e flora com a ideia de preservar e garantir a sobrevivência. A segunda parte do conto de Lispector é bem crua quanto aos olhares que os civilizados franceses lançam sobre a mulher africana ao ver sua foto no jornal.

Sob esses vieses, os apagamentos não se dão apenas pela ausência de personagens negras, mas pela presença condicionada, alijada de agência, alinhada a uma produção discursiva que não encontrava, já naqueles idos, unilateralidade. Entre os anos 20 e 60, décadas em que os textos foram lançados, já havia uma produção, inclusive no Brasil, que se contrapunha a esse viver precário trazido pelos dois autores em seus referidos contos. Carolina Maria de Jesus, por exemplo, já era escritora e publicou seu primeiro romance, *Quarto de Despejo*, em 1960, mesmo ano de *A menor mulher do mundo*.

Quanto aos dois últimos contos, eles cumprem movimentos basilares para uma escrita com visibilidade étnica, uma educação antirracista e, por extensão, uma literatura antirracista: escrita de mulheres negras sobre mulheres negras de forma humanizada, com fatos do cotidiano e como tudo isso é recepcionado pela sociedade, que guarda fortes instrumentalizações racistas. Dolores e Maria são mães, negras e tiveram suas vidas atravessadas pela violência que circunda as áreas

periféricas de todo o Brasil, onde o poder público quase não aparece e, quando se faz presente, por vezes, é para reproduzir ainda mais violência. A sociedade selou o destino das duas mulheres: Maria era cúmplice dos assaltantes e deveria pagar por isso com a vida; Dolores era mãe de alguém qualquer e sua dor não deveria ser comparada a das mães verdadeiras, muito menos à dor da mãe de Cristo, a Mater Dolorosa. No entanto, o leitor/a conhece as personagens, conhece seu cotidiano, enxerga e antecipa, por vezes, alguns atos porque os reconhece, sabe de seus afetos e acaba por se identificar com elas em suas dores. Isso é humanizar, visibilizar, reconhecer o reflexo do espelho e recepcionar o que vê.

Referências

- BUTLER, Judith. Vida Precária, vida passível de luto. In: BUTLER, Judith. **Quadro de Guerra**. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 13-55.
- CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo negro, 2010.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parecenças**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas – Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- LIMA, Lezama. **A Expressão Americana**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LISPECTOR, Clarice. **Laços de família**: contos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- LOBATO, Monteiro. **Contos Completos**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2014.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SOUZA, Florentina. **Afro-descendência** em Cadernos Negros e Jornal do MNU. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SOUZA, Florentina. Mulheres negras escritora. **Revista Crioula**, São Paulo-SP, n. 20, p. 19-39, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/141317/136840>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2019.

SOUZA, Florentina. Relações étnico raciais e ensino da Literatura. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 25, Número Especial, p. 96-107, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br>. Acesso em 17 de fevereiro de 2019.

SOUZA, Florentina. **Afro-Brasileira**: algumas reflexões. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.